

Linha do tempo 2023

Ministra Cármen Lúcia visita o TRF6

No dia 20 de janeiro, o TRF6 (Tribunal Regional Federal da 6ª Região) recebeu a visita de cortesia da ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia. A ministra foi recebida pela presidente do TRF6, desembargadora federal Mônica Sifuentes. A ministra Cármen Lúcia conheceu o iluMinas (Laboratório de Inovação do TRF6) e a Secretaria Processual Unificada do TRF6.



TRF6 lança Boletim Informativo de Jurisprudência

Desde o dia 8 de fevereiro, o portal do TRF6 passou a publicar seu boletim próprio de jurisprudência, como já ocorre nos demais tribunais regionais federais. O objetivo é divulgar as decisões da corte mineira para servidores e público em geral. Além disso, o Boletim Informativo de Jurisprudência do TRF6 servirá como forma de orientação tanto para os desembargadores quanto os juízes da 1ª instância. A primeira edição, bem como as próximas, encontra-se disponível no botão “Jurisprudência” do portal e compreende as sessões do dia 8 de novembro a 16 de dezembro de 2022.



Presidência do TRF6 recebe ministro João Otávio de Noronha

Dia 16 de fevereiro, o ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) João Otávio de Noronha esteve na sede do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. No local, ele foi recebido pela Presidente da Corte, desembargadora federal Mônica Sifuentes, e por outros magistrados que compõem a Justiça Federal da 6ª Região.

Estiveram presentes durante a visita: o Vice-Presidente do TRF6 e Corregedor da 6ª Região, desembargador federal Vallisney Oliveira; os desembargadores federais Flávio Gambogi e André Prado de Vasconcelos; os juízes auxiliares Alexandre Infante, Cristiane Botelho e Reginaldo Pereira; o Secretário-Geral do TRF6, juiz federal Ivanir César Ireno Júnior, e João Batista Carvalho, presidente da faculdade Milton Campos.



Presidente do TRF6 participa da inauguração da Procuradoria Regional da República da 6ª Região

Dia 28 de fevereiro, foi instalada oficialmente a PRR6 (Procuradoria Regional da República da 6ª Região) em Belo Horizonte. A cerimônia contou com a presença da Presidente do TRF6 (Tribunal Regional Federal da 6ª Região), Mônica Sifuentes, da maioria dos desembargadores federais e de juízes federais da 6ª Região. A nova unidade do Ministério Público Federal será capitaneada pelo Procurador-Chefe Patrick Salgado.

A PRR6 é composta por 18 procuradores regionais da República, que atuam nas áreas cível e criminal, judicial e extrajudicialmente. Sua sede está localizada no mesmo edifício que abriga a Procuradoria da República em Minas Gerais, unidade de 1º grau do MPF.

De acordo com informações da PRR6, desde que foi inaugurado, o TRF6 recebeu 180 mil processos relativos a Minas Gerais, provenientes do TRF1, sendo que mais de 800 já foram distribuídos à PRR6 na última semana, para atuação dos procuradores.



6ª Região da Justiça Federal é formada por 146 juízes, 76 varas e 46 JEFs

Com a criação do TRF-6, a Seção Judiciária de Minas Gerais deixou de ser uma das seções do TRF-1 e se tornou a única responsável pela primeira instância de uma das regiões da Justiça Federal. É formada por 49 subseções judiciárias, 146 juízes federais, 76 varas, 46 Juizados Federais e 6 Turmas Recursais. Tem como foco o incentivo à resolução de conflitos por meio do consenso como uma das formas de se reduzir a judicialização.

SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	49
JUÍZES FEDERAIS	146
VARAS FEDERAIS	76
JEFs	46
TURMAS RECURSAIS	6

Fonte: CJF em 4/10/2022

TRF6 adere ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

06/03/2023

O TRF6 aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, lançado em novembro de 2022 pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e indicou o juiz federal em Auxílio à Presidência Grigório Carlos dos Santos para ser o Gestor local. O Pacto Nacional consiste na

adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição para combater e corrigir as desigualdades raciais.



Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

TRF6 cria o Comitê Interinstitucional para Implantação do Sistema eProc na Justiça Federal da 6ª Região

A Portaria Presi 41/2023, de 14 de março de 2023, do TRF6, criou o Comitê Interinstitucional para Implantação do Sistema eProc na Justiça Federal da 6ª Região. O Comitê Interinstitucional, nesse contexto inicial, terá um papel fundamental ao estabelecer as bases e os procedimentos que nortearão as várias frentes de trabalho até a efetiva implantação do sistema e a migração dos processos autuados na ferramenta de processo eletrônico atual – o PJe.

De acordo com a Portaria Presi 41/2023, o Comitê será composto por representantes dos seguintes órgãos, indicados pelo dirigente máximo de sua estrutura orgânica no Estado de Minas Gerais:

Ordem dos Advogados do Brasil;
Procuradoria Regional da República da 6ª Região e/ou Procuradoria da República em Minas Gerais;
Procuradoria da Fazenda Nacional;
Procuradoria Federal;
Advocacia da União;

Defensoria Pública da União;
Defensoria Pública Estadual;
Advocacia do Estado de Minas Gerais;
Secretaria da Receita Federal;
Polícia Federal.



Participantes da primeira reunião com os representantes dos órgãos que integram o Comitê Interinstitucional para Implantação do Sistema eProc

TRF6 realiza 1ª sessão do Plenário Administrativo

Dia 16 de março, os desembargadores federais do TRF6 se reuniram como Conselho de Administração em sessão ordinária. À tarde, os magistrados se reuniram em Intranet Portal 2º Grau Portal 1º Grau 18/09/2023 1. O TRF6 realiza 1ª sessão do Plenário Administrativo - Intranet, a qual contou pela primeira vez com a presença do Procurador-chefe da 6ª Região Patrick Salgado Martins. A ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Assusete Magalhães participou dos trabalhos da plenária como visitante.



A ministra mineira Assusete Magalhães participou da sessão do Conselho de Administração do TRF6

Desastre de Mariana: TRF6 realiza solenidade de Abertura de Mesa de Repactuação

Na tarde do dia 15 de maio, a Presidência do TRF6 realizou a Solenidade de Abertura da Mesa de Repactuação no Caso da Tragédia de Mariana, reunindo autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a fim de tratar do novo processo de repactuação proposto pela corte federal mineira.

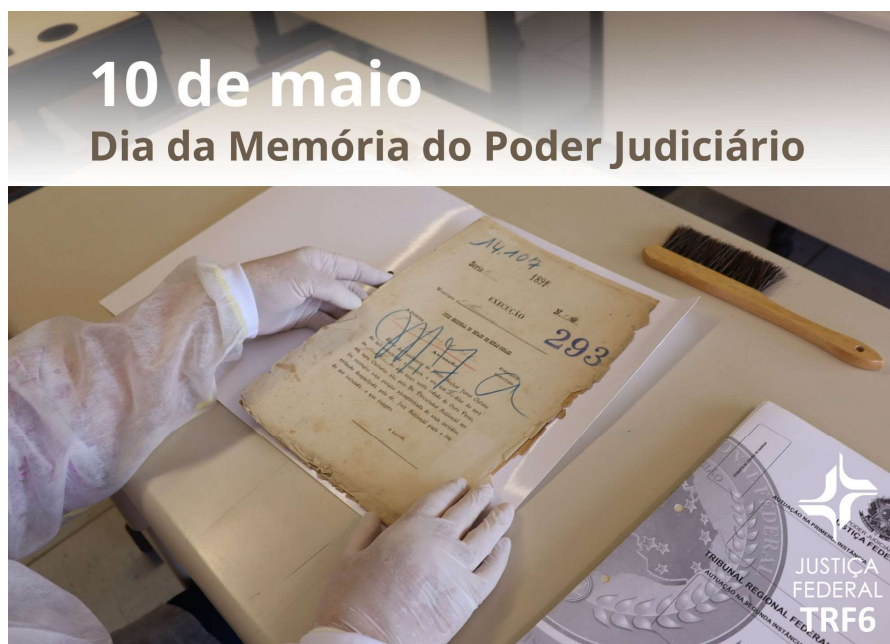
O evento teve caráter técnico-jurídico e contou com a presença de altas autoridades: o governador Romeu Zema, o ministro Jorge Messias (Advogado-Geral da União), o deputado estadual Carlos Henrique (representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais), desembargador José Arthur Filho (Presidente do TJMG), Luiz Fernando Bandeira de Mello (Conselheiro do CNJ), Procurador da República Carlos Bruno Silva (representando o Procurador-Geral da República), Jarbas Soares Júnior (Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais), Subsecretário para Assuntos Administrativos da Casa Civil do Espírito Santo Ricardo Iannotti (representando o governador do Espírito Santo) e Najla Lamounier (diretora jurídica da mineradora Samarco), entre outros representantes de entes públicos e das empresas rés.



Dia da Memória do Poder Judiciário.

Instituído pelo CNJ Resolução N. 316 de 22/04/2020, o dia 10 de maio foi escolhido para comemorar o Dia da Memória do Poder Judiciário.

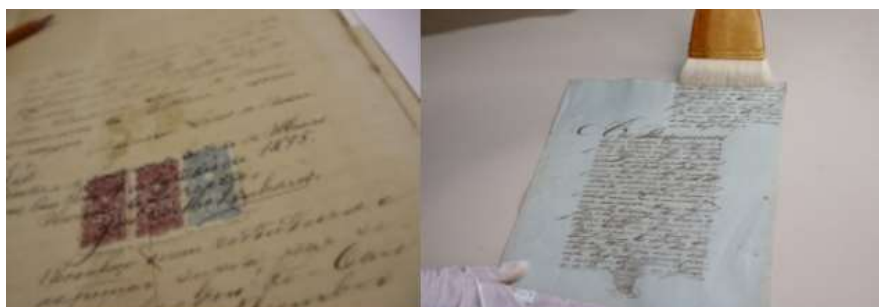
A celebração da data visa a dar maior visibilidade à Memória da Justiça brasileira e à importância de resgate, preservação, valorização e divulgação do seu patrimônio histórico, além de contribuir para consolidar a memória institucional do Poder Judiciário.



Projeto-piloto do Centro de Memória do TRF6 fomenta a conservação de processos e de documentos antigos da Justiça Federal mineira

Durante o período de setembro de 2022 a maio de 2023, a equipe do Centro de Memória do TRF6 (Tribunal Regional Federal da 6ª Região), sob a coordenação de dois professores da UFMG, iniciou o projeto-piloto de conservação de processos antigos. Durante esse tempo, foram higienizadas mais de 7.300 páginas de processos e, até o momento, foram identificados 1.042 itens documentais.

O conjunto documental que constituiu o objeto do projeto coloca em evidência a relevância histórica e social da Justiça Federal e permite reconstituir aspectos ligados não apenas à história institucional e ao próprio desenvolvimento da história da Justiça no Brasil, como também aqueles de caráter mais amplo, relacionados à história de Minas Gerais e do Brasil, num quadro em que as dinâmicas sociais e econômicas, as formas de viver e a linguagem se mesclam em matizes variados, elevando o potencial informativo dos documentos. A equipe do Centro de Memória, em parceria com os professores coordenadores, elaborou dois manuais que possibilitarão a continuidade dos procedimentos em todo seu acervo histórico: o Manual de Procedimentos e o Manual de Descrição Documental.



TRF6 e TJMG criam o Código de Normas do Comitê Estadual de Saúde

Dia 26 de julho, a Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, desembargadora federal Mônica Sifuentes, e o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, assinaram a Portaria Conjunta Nº43/2023, que cria o Código de Normas do Comitê Estadual de Saúde de Minas Gerais.

O documento assegura maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde, de acordo com as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), detalhando o funcionamento, a missão, os valores, a composição e a duração de mandatos dos integrantes e organização do Comitê Estadual de Saúde de Minas Gerais, vinculado ao Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



TRF6 completa um ano e evento recebe ministros do STF

21/08/2023

A solenidade contou com a presença da ministra Carmen Lúcia e do ministro Nunes Marques, ambos do STF, do governador Romeu Zema (Novo), do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite (MDB), do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, José Arthur Filho, e do procurador geral de Justiça, Jarbas Soares. Também compareceram parlamentares estaduais e federais e representantes de diversos órgãos do Poder Judiciário, como o Superior Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

A presidente do Tribunal Federal da 6ª Região (TRF-6), desembargadora Mônica Sifuentes, disse que o tribunal terá, em breve, o menor custo por processo do Brasil.

De acordo com Sifuentes, no primeiro ano os 18 desembargadores julgaram 23.210 processos. Ela classificou o TRF-6 como " enxuto, eficiente e econômico". "Enfrentamos grandes desafios. Saímos da estrutura gigantesca do TRF-1 e recebemos quase 200 mil processos, em descompasso com a deficiência no quantitativo de servidores", discursou a presidente do TRF-6.



Mesa da solenidade foi presidida pela desembargadora Mônica Sifuentes

TRF-6 implementa Eproc com apoio do TJMMG

02/10/2023

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) implementou, nesta segunda-feira, 02, o sistema de acompanhamento de processos eletrônicos judiciais Eproc, com apoio do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Durante a solenidade que marcou a efetivação da plataforma, o presidente do TJMMG, desembargador Rúbio Paulino Coelho, compôs a mesa de honra ao lado da presidente do TRF6, desembargadora Mônica Sifuentes e do corregedor do TRF4, desembargador Cândido Alfredo Silva Leal Júnior representando o presidente do TRF4, desembargador Fernando Quadros da Silva.



TRF6 vence, em duas categorias, uma das mais importantes premiações do judiciário brasileiro

22/11/2023

O Prêmio de Inovação J.Ex tem como objetivo reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológicos, de gestão e de novas metodologias aplicadas no Ecossistema de Justiça.

Para a presidente do TRF6 a expressiva votação obtida pelas duas magistradas não é apenas uma vitória pessoal, mas também um marco para a promoção da representatividade feminina nas esferas de poder, especialmente no âmbito da justiça brasileira. Para a magistrada, é crucial destacar a importância da luta pela maior participação das mulheres em todas as instâncias da sociedade. “Acredito firmemente que a diversidade de perspectivas é essencial para a construção de um judiciário mais justo e equitativo”. Mônica Sifuentes também agradeceu os servidores da Instituição que preside, pelos votos recebidos.

